No. 49086*

Spain
and
Brazil

Convention between the Kingdom of Spain and the Federative Republic of Brazil concerning cooperation in the field of the fight against delinquency. Madrid, 25 June 2007

Entry into force: *31 August 2011 by notification, in accordance with article 14*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Spain, 11 October 2011*

No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.

Espagne
et
Brésil

Convention entre le Royaume d'Espagne et la République fédérative du Brésil relative à la coopération en matière de lutte contre la délinquance. Madrid, 25 juin 2007

Entrée en vigueur : *31 août 2011 par notification, conformément à l'article 14*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Espagne, 11 octobre 2011*

* *Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes reproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

CONVÊNIO ENTRE O REINO DA ESPANHA E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE COMBATE À CRIMINALIDADE

O Reino da Espanha

e

A República Federativa do Brasil
(doravante denominadas as "Partes"),

Destacando a importância do aprofundamento e do desenvolvimento da cooperação em matéria de combate à criminalidade em suas diversas manifestações;

Reiterando, com base no Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre o Reino da Espanha e a República Federativa do Brasil, de 23 de julho de 1992, a contribuição em prol do desenvolvimento das relações bilaterais;

Lembrando que no Plano de Associação Estratégica Espanha-Brasil, assinado em Santa Cruz de la Sierra em 14 de novembro de 2003, ambas as Partes se comprometeram, entre outras ações, a adotar medidas concretas de cooperação bilateral para erradicar o terrorismo, combater o narcotráfico e garantir aos cidadãos dos dois países uma sociedade mais segura; assim como na Declaração de Brasília de 25 de janeiro de 2005, sobre a consolidação da Associação Estratégica entre a Espanha e o Brasil;

No contexto das disposições da Convenção da ONU de Combate ao Crime Organizado Transnacional;

Orientados pelos princípios de igualdade, reciprocidade e assistência mútua;

Convêm o seguinte:

ARTIGO 1

1. As Partes, em conformidade com a legislação dos dois Países e pelo presente Convênio, cooperarão no âmbito do combate à criminalidade, principalmente em suas formas organizadas.

2. As Partes colaborarão em matéria de combate às ações criminosas, em especial:

   a) delitos contra a vida e a integridade das pessoas;

   b) terrorismo e o seu financiamento;

   c) tráfico, produção e comércio ilegais de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como matérias primas para sua fabricação e precursores;

   d) imigração ilegal e tráfico de seres humanos, principalmente de mulheres e crianças;

   e) privação ilegal da liberdade individual;

   f) falsificação (elaboração, alteração) e utilização ilegal de documentos de identidade (passaportes, vistos e documentação de veículos);

   g) contrabando;

   h) lavagem de dinheiro procedente de atividades ilícitas;

i) falsificação (elaboração, alteração) e distribuição fraudulenta de: moeda, meios de pagamento, cheques e valores;

j) comércio ilegal de armas, munições, explosivos, matérias primas estratégicas (materiais nucleares e radioativos), bem como outras substâncias de periculosidade geral e artigos e tecnologias de duplo uso;

k) tráfico ilegal de bens culturais, de valor histórico e obras de arte;

l) crimes contra a economia, inclusive delitos fiscais;

m) exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes;

n) crimes cibernéticos;

o) crimes contra os recursos naturais e o meio ambiente;

p) corrupção.

3. As Partes colaborarão também na luta contra qualquer outro crime cuja prevenção, detecção e investigação requeiram a cooperação das autoridades competentes dos dois Países.

ARTIGO 2

A colaboração entre as Partes abrangerá, no âmbito do combate à criminalidade descrito no Artigo 1, o intercâmbio de informações e apoio em caso de realização de ações investigativas para:

a) identificação e busca de pessoas desaparecidas;

b) investigação e busca de pessoas que cometeram, ou sejam suspeitas de cometer crimes no território de uma das Partes que sejam responsáveis pela sua investigação, e de seus cúmplices;

c) identificação de cadáveres e de pessoas em que a polícia esteja interessada;

d) busca, no território de uma das Partes, de objetos, bens ou instrumentos provenientes do crime, ou empregados na sua execução, por solicitação da outra Parte Contratante;

e) financiamento de atividades criminosas.

ARTIGO 3

1. As Partes Contratantes também cooperarão para o:

a) intercâmbio de informações e ajuda necessária para a escolta de condenados segundo o Tratado sobre Transferência de Presos entre o Reino da Espanha e a República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 7 de novembro de 1996;

b) intercâmbio de informações e ajuda necessária para o transporte de substâncias radioativas, explosivas e tóxicas, e também de armas;

c) intercâmbio de informações e colaboração mútua para a execução de entrega controlada de substâncias narcóticas e psicotrópicas;

d) intercâmbio de informações e ajuda necessária para os deslocamentos ou o trânsito relativo ao retorno ou à expulsão de pessoas.

2. Para a consecução dos objetivos de cooperação, as Partes:

a) trocarão reciprocamente informações, em conformidade com suas leis nacionais, acerca das investigações em curso, nas diferentes formas do crime organizado, inclusive terrorismo, suas relações, estrutura, funcionamento e métodos;

b) poderão promover operações policiais combinadas, de acordo com suas leis nacionais, para a repressão dos crimes mencionados no Artigo 1;

c) trocarão informações sobre os métodos e as novas formas de manifestação do crime internacional;

d) trocarão informações sobre os resultados das investigações criminalísticas e criminológicas efetuadas, assim como as informações recíprocas sobre as técnicas de investigação e os meios de combate ao crime internacional;

e) quando necessário, realizarão encontros de trabalho para a preparação e a cooperação com visitas à adoção de medidas coordenadas.

ARTIGO 4

As Partes colaborarão nas áreas que constituem o objeto do presente Convênio, por meio de:

a) intercâmbio de informações sobre a situação geral e as tendências da criminalidade nos seus respectivos Estados;

b) intercâmbio de experiências na utilização de tecnologia criminal e métodos e recursos para investigação criminal, intercâmbio de folhetos,

publicações e resultados de investigações científicas nas áreas que constituem o objeto do presente Convênio;

c) intercâmbio de informações nas áreas de competência dos serviços de proteção da legalidade penal e outros responsáveis pela defesa da segurança nacional, pela ordem pública e pelo combate à criminalidade;

d) assistência técnica e científica, perícias e cessão de equipamentos técnicos especializados;

e) intercâmbio de experiências, peritos e consultas;

f) cooperação no campo do treinamento profissional.

ARTIGO 5

O presente Convênio não afetará as questões relativas à prestação de assistência jurídica em processos penais e em matéria de extradição.

ARTIGO 6

São órgãos competentes para a execução do Convênio:

a) por parte do Reino da Espanha:

- o Ministério do Interior, sem prejuízo das competências que cabem a outros Ministérios.

b) por parte da República Federativa do Brasil:

- o Ministério da Justiça, sem prejuízo das competências que cabem a outros Ministérios.

ARTIGO 7

1. As trocas de informações e pedidos de execução das atividades previstas no presente Convênio serão enviadas por escrito diretamente aos órgãos competentes, ou por meio dos Adidos ou Agentes de Ligação. Para esses fins, uma Parte comunicará à outra a designação destes últimos.

2. Nos casos de urgência, os órgãos competentes poderão adiantar as comunicações verbalmente, para o cumprimento do presente Convênio, confirmando as medidas por escrito imediatamente depois.

3. As solicitações de troca de informações ou de execução das atividades previstas no Convênio serão realizadas por meio dos órgãos competentes, no prazo mais breve possível.

4. Os gastos relativos ao cumprimento de uma solicitação ou realização de uma ação ficarão a cargo da Parte solicitante.

ARTIGO 8

1. Cada uma das Partes poderá recusar, no todo ou em parte, ou estabelecer condições para a execução do pedido de ajuda ou de informações, caso considere que a execução do pedido representa uma ameaça à sua soberania ou à sua segurança, ou que está em contradição com os princípios fundamentais da sua ordem jurídica, ou com outros interesses essenciais do seu País.

2. A Parte solicitante será informada sobre o motivo da recusa.

ARTIGO 9

1. Cada uma das Partes se compromete a proteger as informações de caráter confidencial recebidas da outra Parte. O grau de confidencialidade das

informações prestadas na execução do presente Convênio será definido pela Parte que as transmitir.

2. As informações, materiais e os recursos técnicos recebidos por uma das Partes contratantes no âmbito da aplicação do presente Convênio não poderão ser transferidos para outros Estados ou outras pessoas, sem o consentimento prévio da outra Parte.

ARTIGO 10

1. O intercâmbio de informações entre as Partes de acordo com o presente Convênio será efetuado conforme as seguintes condições:

   a) a Parte solicitante somente poderá utilizar os dados para os fins e segundo as condições determinadas pela Parte solicitada, levando em consideração o prazo após o qual deverão ser destruídos, conforme a sua legislação nacional;

   b) mediante pedido da Parte solicitada, a Parte solicitante facilitará o acesso a informações sobre a utilização dos dados que lhe foram fornecidos, e sobre os resultados obtidos;

   c) no caso em que tenham sido fornecidos dados incorretos ou incompletos, a Parte solicitada deverá informar a Parte solicitante imediatamente a esse respeito;

   d) cada uma das Partes manterá um registro com os relatórios sobre os dados fornecidos e a sua destruição.

2. As Partes assegurarão a proteção dos dados fornecidos contra o acesso, a modificação, a publicação ou a divulgação não permitidos de acordo com a sua legislação nacional.

3. Além disso, as Partes se comprometem a não ceder os dados pessoais aos uais se refere o presente Artigo a qualquer terceiro que não seja o órgão solicitante da Parte requerente, ou em caso de solicitação por parte da mesma, estes somente poderão ser transmitidos a um dos órgãos previstos no Artigo 6, mediante autorização prévia do requerido.

ARTIGO 11

1. As Partes constituirão uma Comissão Mista, que será convocada por via diplomática, para o desenvolvimento e o exame da cooperação regulamentada por este Convênio.

2. A Comissão Mista se reunirá em sessão ordinária uma vez por ano e, em sessão extraordinária, sempre que uma das Partes assim solicitar, em data, local e com ordem do dia a serem determinados por vias diplomáticas.

3. Salvo acordo especial entre as Partes, as reuniões serão realizadas alternadamente na Espanha e no Brasil. Os trabalhos serão presididos pelo Chefe da Delegação da Parte em cujo território ocorrer a reunião.

ARTIGO 12

As controvérsias provenientes da aplicação e da interpretação do presente Convênio serão dirimidas por meio de negociações entre as Partes.

ARTIGO 13

As disposições deste Convênio não afetarão o cumprimento das disposições estabelecidas em outros acordos ou compromissos internacionais bilaterais ou multilaterais assumidos pelo Reino da Espanha e pela República Federativa do Brasil.

ARTIGO 14

O presente Acordo entrará em vigor no último dia do mês seguinte ao da última comunicação por via diplomática entre as Partes, manifestando o cumprimento dos respectivos requisitos legais internos para a sua entrada em vigor.

ARTIGO 15

O presente Convênio será válido por tempo indeterminado, e continuará em vigor enquanto uma das Partes não o denunciar por via diplomática. Nesse caso, deixará de ser válido no prazo de seis meses a partir do recebimento, por qualquer uma das Partes, da notificação de denúncia.

EM FÉ DO QUAL os representantes de ambos os Estados, autorizados para tal efeito por seus respectivos Governos, assinam o presente Convênio.

Feito em Madri, no dia 25 de junho de 2007, em duas vias originais, em espanhol e em português, sendo ambos os textos de igual autenticidade.

PELO REINO DA ESPANHA	**PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
Alfredo Pérez Rubalcaba **Ministro do Interior**	**Tarso Genro** **Ministro da Justiça**

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

CONVENIO ENTRE EL REINO DE ESPAÑA Y LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL SOBRE COOPERACIÓN EN MATERIA DE LUCHA CONTRA LA DELINCUENCIA

El Reino de España y la República Federativa de Brasil, en lo sucesivo denominados las Partes;

Destacando la importancia de profundizar y desarrollar la cooperación en materia de lucha contra la delincuencia en sus diversas manifestaciones;

Reafirmándose, sobre la base del Tratado General de Cooperación y Amistad entre el Reino de España y la República Federativa de Brasil, de 23 de julio de 1992, contribuir al desarrollo de las relaciones bilaterales;

Recordando que en el Plan de Asociación Estratégica España-Brasil, firmado en Santa Cruz de la Sierra el 14 de noviembre de 2003, ambas Partes se comprometieron, entre otras acciones, a desplegar medidas concretas de cooperación bilateral para erradicar el terrorismo, combatir el narcotráfico y garantizar a los ciudadanos de ambos países una sociedad más segura; así como la Declaración de Brasilia de 25 de enero de 2005, sobre la consolidación de la Asociación Estratégica entre España y Brasil;

En el marco de las disposiciones de la Convención de la ONU contra la Delincuencia Organizada Transnacional;

Guiados por los principios de igualdad, reciprocidad y asistencia mutua;

Han convenido lo siguiente:

Artículo 1

1. Las Partes, de conformidad con la legislación de ambos Estados y con el presente Convenio, cooperarán en el ámbito de lucha contra la delincuencia, especialmente en sus formas organizadas.

2. Las Partes colaborarán en materia de lucha contra las acciones criminales, en particular:

a) Delitos contra la vida e integridad de las personas.

b) El terrorismo y su financiación.

c) El tráfico, la producción y el comercio ilegales de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas, así como de las materias primas para su fabricación y precursores.

d) La inmigración ilegal y el tráfico de seres humanos, especialmente mujeres y niños.

e) La privación ilegal de la libertad del individuo.

f) La falsificación (elaboración, alteración) y utilización ilegal de documentos de identidad (pasaportes, visados y documentación de vehículos).

g) El contrabando.

h) El blanqueo de dinero procedente de actividades delictivas.

i) La falsificación (elaboración, alteración) y difusión fraudulenta de: moneda, medios de pago, cheques y valores.

j) El comercio ilegal de armas, municiones, explosivos, materias primas estratégicas (materiales nucleares y radiactivos), así como otras sustancias de peligrosidad general y mercancías y tecnologías de doble uso.

k) El tráfico ilícito de bienes culturales, de valor histórico y obras de arte.

l) Los delitos económicos, incluidos los delitos fiscales.

m) La explotación y abuso sexual de niños y adolescentes.

n) Los delitos cibernéticos.

o) Delitos contra los recursos naturales y el medio ambiente.

p) Corrupción.

3. Las Partes colaborarán asimismo en la lucha contra cualquier otro delito cuya prevención, detección e investigación requiera la cooperación de las autoridades competentes de ambos Estados.

Artículo 2

La colaboración entre las Partes incluirá, en el marco de la lucha contra la delincuencia a la que se refiere el artículo 1, el intercambio de información y la prestación de ayuda en la actividad operativa de investigación en:

a) La identificación y búsqueda de personas desaparecidas.

b) La investigación y búsqueda de las personas que hayan cometido o sean sospechosas de haber cometido delitos en el territorio de alguna de las Partes de cuya investigación sean competentes, y de sus cómplices.

c) La identificación de cadáveres y de personas de interés policial.

d) La búsqueda en el territorio de una de las Partes de objetos, efectos o instrumentos procedentes del delito o empleados en su comisión a petición de la otra Parte contratante.

e) La financiación de actividades delictivas.

Artículo 3

1. Las Partes contratantes cooperarán también con:

a) Intercambio de información y ayuda necesaria en la escolta de condenados según el Tratado sobre Traslado de Presos entre el Reino de España y la República Federativa de Brasil, hecho en Brasilia el 7 de noviembre de 1996.

b) Intercambio de información y ayuda necesaria en el traslado de sustancias radiactivas, explosivas y tóxicas, y de armas.

c) Intercambio de información y colaboración mutua en la realización de entregas controladas de sustancias narcóticas y psicotrópicas.

d) El intercambio de información y ayuda necesaria para los traslados o tránsito de personas retornadas o expulsadas.

2. Para la consecución de los objetivos de la cooperación, las Partes:

a) Se informarán recíprocamente, de conformidad con sus legislaciones nacionales , sobre investigaciones en curso en las distintas formas de la delincuencia organizada, incluido el terrorismo, sus relaciones, estructura, funcionamiento y métodos.

b) Podrán promover operaciones policiales combinadas, de acuerdo con sus legislaciones nacionales, con vistas a reprimir los delitos mencionados en el artículo 1.

c) Intercambiarán información sobre los métodos y las nuevas formas de manifestación de la delincuencia internacional.

d) Intercambiarán los resultados de las investigaciones criminalísticas y criminológicas realizadas, así como la información recíproca sobre las técnicas de investigación y los medios de lucha contra la delincuencia internacional.

e) Cuando sea necesario se celebrarán encuentros de trabajo para la preparación y asistencia en la realización de medidas coordinadas.

Artículo 4

Las Partes colaborarán en los campos que son objeto del presente Convenio mediante:

a) El intercambio de información sobre la situación general y las tendencias de la delincuencia en los respectivos Estados.

b) El intercambio de experiencias en el uso de la tecnología criminal, así como de los métodos y medios de investigación criminal, intercambio de folletos, publicaciones y resultados de investigaciones científicas en los campos que son objeto de este Convenio.

c) El intercambio de información en los campos de competencia de los servicios de protección de la legalidad penal y otros encargados de la defensa de la seguridad nacional, del orden público y de la lucha contra la delincuencia.

d) La asistencia técnica y científica, peritaciones y cesión de equipos técnicos especializados.

e) El intercambio de experiencias, expertos y consultas.

f) La cooperación en el campo de la enseñanza profesional.

Artículo 5

El presente Convenio no afectará a las cuestiones relativas a la prestación de asistencia judicial en procesos penales y en materia de extradición.

Artículo 6

Son órganos competentes para la ejecución del Convenio:

a) Por parte del Reino de España:

- El Ministerio del Interior, sin perjuicio de las competencias que corresponden a otros Ministerios.

b) Por parte de la República Federativa de Brasil:

- El Ministerio de Justicia, sin perjuicio de las competencias que corresponden a otros Ministerios.

Artículo 7

1. El intercambio de información y las peticiones de realización de las actividades previstas en este Convenio se remitirán por escrito directamente a los órganos competentes o a través de los Agregados u Oficiales de Enlace. A tales efectos las Partes se comunicarán la designación de estos últimos.

2. En los casos urgentes, los órganos competentes podrán adelantar las comunicaciones oralmente para el cumplimiento del presente Convenio, confirmándose los trámites por escrito inmediatamente después.

3. Las peticiones de intercambio de información o de realización de las actividades previstas en el Convenio se realizarán por los órganos competentes en el plazo más breve posible.

4. Los gastos relacionados con el cumplimiento, de una solicitud o la realización de una acción, serán asumidos por la parte requirente.

Artículo 8

1. Cada una de las Partes podrá rechazar, en todo o en parte, o poner condiciones a la realización de la petición de ayuda o información si considera que la

realización de la petición representa una amenaza para su soberanía o su seguridad o que está en contradicción con los principios fundamentales de su ordenamiento jurídico o con otros intereses esenciales de su Estado.

2. La Parte requirente será informada de la causa del rechazo.

Artículo 9

1. Cada Parte contratante se obliga a proteger las informaciones de carácter confidencial recibidas de la otra Parte. El grado de confidencialidad de las informaciones prestadas en la aplicación del presente Convenio será definido por la Parte trasmisora.

2. Las informaciones, materiales y recursos técnicos recibidos por una de las Partes contratantes en el ámbito de la aplicación del presente Convenio, no podrán ser transferidos a terceros Estados o personas sin el consentimiento previo de la otra Parte.

Artículo 10

1. El intercambio de información entre las Partes de acuerdo con este Convenio, se realizará bajo las condiciones siguientes:

a) La Parte requirente podrá utilizar los datos únicamente para el fin y según las condiciones determinadas por la Parte requerida, tomando en consideración el plazo después de cuyo transcurso deben ser destruidos, de acuerdo con su legislación nacional.

b) A petición de la Parte requerida, la Parte requirente facilitará información sobre el uso de los datos que se le han ofrecido y sobre los resultados conseguidos.

c) Si resultara que se han ofrecido datos inexactos o incompletos, la Parte requerida informará sin dilación a la Parte requirente.

d) Cada una de las Partes llevará un registro con los informes sobre los datos ofrecidos y su destrucción.

2. Las Partes asegurarán la protección de los datos ofrecidos frente al acceso, modificación, publicación o divulgación no permitidos de acuerdo con su legislación nacional.

3. Asimismo, se comprometen a no ceder los datos personales a que se refiere este Artículo a ningún tercero distinto del órgano solicitante de la Parte requirente o, en caso de solicitarse por ésta, sólo podrán transmitirse a alguno de los órganos previstos en el artículo 6, previa autorización del requerido.

Artículo 11

1. Las Partes constituirán una Comisión Mixta, que se convocará por vía diplomática, para el desarrollo y examen de la cooperación reglamentada por este Convenio.

2. La Comisión Mixta se reunirá en sesión ordinaria una vez al año y, en sesión extraordinaria, siempre que una de las Partes lo solicite, en fecha, lugar y con el orden del día a determinar por cauces diplomáticos.

3. Salvo acuerdo especial entre las Partes, las reuniones se realizarán alternativamente en España y en Brasil. Los trabajos serán presididos por el Jefe de la Delegación de la Parte en cuyo territorio se realice.

Artículo 12

Las controversias derivadas de la aplicación e interpretación del presente Convenio se resolverán mediante negociaciones entre las Partes.

Artículo 13

Las disposiciones de este Convenio no afectarán al cumplimiento de las disposiciones de otros acuerdos o compromisos internacionales bilaterales o multilaterales, asumidos por el Reino de España y la República Federativa de Brasil.

Artículo 14

El presente Acuerdo entrará en vigor el último día del mes siguiente al de la última comunicación por vía diplomática entre las Partes, señalando el cumplimiento de los respectivos requisitos legales internos para su entrada en vigor.

Artículo 15

El presente Convenio se estipula por tiempo indeterminado y seguirá vigente mientras una de las dos Partes no lo denuncie por vía diplomática. En este caso dejará de ser válido a los seis meses de la recepción, por cualquiera de las Partes, de la nota de denuncia.

EN FE DE LO CUAL, los representantes de ambos Estados autorizados a dicho efecto por sus respectivos Gobiernos, firman el presente Convenio.

Hecho en Madrid, el 25 de junio de 2007, en dos ejemplares originales en lenguas española y portuguesa, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL REINO DE ESPAÑA

Alfredo Pérez Rubalcaba
Ministro del Interior

POR LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL

Tarso Genro
Ministro de Justicia

[TRANSLATION – TRADUCTION]

CONVENTION BETWEEN THE KINGDOM OF SPAIN AND THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL ON COOPERATION IN COMBATING CRIME

The Kingdom of Spain and the Federative Republic of Brazil, hereafter referred to as "the Parties",

Stressing the importance of strengthening and developing cooperation in combating crime in all its manifestations;

Reaffirming, on the basis of the General Treaty of Cooperation and Friendship between the Kingdom of Spain and the Federative Republic of Brazil of 23 July 1992, their wish to contribute to the development of bilateral relations;

Recalling that, in the Spain-Brazil Strategic Partnership Plan signed at Santa Cruz de la Sierra on 14 November 2003, both Parties committed themselves to, inter alia, adopting bilateral cooperation measures to eliminate terrorism, combating drug trafficking and guaranteeing a more secure society for the citizens of both countries; and recalling the Brasilia Declaration of 25 January 2005 on the consolidation of the Strategic Partnership between Spain and Brazil;

Within the framework of the provisions of the United Nations Convention against Transnational Organized Crime;

Guided by the principles of equality, reciprocity and mutual assistance;

Have agreed as follows:

Article 1

1. In accordance with their legislation and this Agreement, the Parties shall cooperate in combating crime, especially in its organized forms.

2. The Parties shall work together to combat criminal activities, in particular:

(a) Offences against the life and integrity of persons;

(b) Terrorism and the financing thereof;

(c) Trafficking in and illegal production of and trade in narcotic drugs, psychotropic substances, raw materials for the manufacture of such items and related precursors;

(d) Illegal immigration and trafficking in human beings, especially women and children;

(e) Illegal detention;

(f) Forgery (production or alteration) and illegal use of identification documents (passports, visas or vehicle documents);

(g) Smuggling;

(h) Money laundering;

(i) Forgery (production or alteration) and fraudulent dissemination of currency, means of payment, cheques or securities;

(j) Trafficking in weapons, munitions, explosives, strategic raw materials (nuclear or radioactive), generally hazardous substances, and dual-use goods and technologies;

(k) Trafficking in cultural property, items of historical value and works of art;

(l) Economic offences, including fiscal offences;

(m) Sexual exploitation and sexual abuse of children and adolescents;

(n) Cybercrime;

(o) Offences against natural resources and the environment;

(p) Corruption.

3. The Parties shall also work together to combat any other crime whose prevention, detection or investigation require cooperation between the competent authorities of both States.

Article 2

As part of the combat against crime referred to in article 1, cooperation between the Parties shall include information exchange and assistance within the framework of investigative operations, in relation to:

(a) Identification and search for missing persons;

(b) Investigation and search related to persons having, or suspected of having, committed offences in the territory of a Party competent for such investigation, and their accomplices;

(c) Identification of corpses and persons of interest to the police;

(d) Search in the territory of either Party for objects, effects or instruments coming from or used in the commission of an offence, at the request of the other Party;

(e) Financing of criminal activities.

Article 3

1. The contracting Parties shall also cooperate through:

(a) Exchange of information and necessary assistance in relation to the escort of convicted offenders under the Treaty concerning the Transfer of Prisoners between the Kingdom of Spain and the Federative Republic of Brazil, concluded in Brasilia on 7 November 1996;

(b) Exchange of information and necessary assistance in relation to the transport of radioactive, explosive or toxic substances, and weapons;

(c) Exchange of information and mutual cooperation in carrying out controlled deliveries of narcotic drugs and psychotropic substances;

(d) Exchange of information and necessary assistance in relation to the transport or transit of returned or expelled persons.

2. In order to attain the goals of such cooperation, the Parties:

(a) Shall inform each other, in accordance with their national legislation, of ongoing investigations into the various forms of organized crime, including terrorism and the connections, structures, operations and methods related thereto;

(b) May promote joint police operations, in accordance with their national legislation, with a view to repressing the offences referred to in article 1;

(c) Shall exchange information on the methods and new forms of international crime;

(d) Shall exchange findings of criminal and criminological investigations; and shall inform each other on investigative techniques and means for combating international crime;

(e) If necessary, shall hold working meetings to prepare and assist in the implementation of joint measures.

Article 4

In the areas covered by this Agreement, the Parties shall cooperate through:

(a) Exchange of information on the general situation and trends of crime in the respective States;

(b) Exchange of experience in the use of criminal technology; of methods and means for criminal investigation; and of relevant booklets, publications and findings of scientific research;

(c) Exchange of information in the areas of responsibility of criminal-law enforcement services and other bodies entrusted with national security defence, public order and crime prevention;

(d) Technical and scientific assistance, expert appraisals and provision of specialized equipment;

(e) Exchange of experience, experts and inquiries;

(f) Cooperation in the field of vocational training.

Article 5

This Agreement shall have no bearing on issues involving legal assistance in criminal matters or extradition.

Article 6

The authorities competent for the implementation of this Agreement shall be:

(a) In the case of the Kingdom of Spain:

-The Ministry of the Interior, without prejudice to the areas of responsibility of other ministries;

(b) In the case of the Federative Republic of Brazil:

-The Ministry of Justice, without prejudice to the areas of responsibility of other ministries.

Article 7

1. Requests for information exchange or for the activities provided for in this Agreement shall be transmitted in writing directly to the competent authorities or through liaison agents or officers. To that end, the Parties shall communicate to each other the designation of such officials.

2. In emergencies, the competent authorities may proceed orally with any communication pursuant to this Agreement, and confirm such communication immediately afterwards by completing formalities in writing;

3. The competent authorities shall process as soon as possible any requests for information exchange or for the activities provided for in this Agreement;

4. Expenses related to the fulfilment of a request or the performance of an activity shall be borne by the requesting Party.

Article 8

1. If it considers that fulfilment of a request for assistance or information would threaten its sovereignty or security or is incompatible with the fundamental principles of its legal system or other essential interests of its State, either Party may refuse to comply, in whole or in part, with such a request or attach conditions to its fulfilment.

2. The requesting Party shall be informed of the grounds for the refusal.

Article 9

1. Each contracting Party shall protect any confidential information received from the other Party. The transmitting Party shall define the level of confidentiality of any information provided pursuant to this Agreement.

2. Information, materials or technical resources received by either Party as part of the implementation of this Agreement may not be transferred to third States or persons without the other Party's prior consent.

Article 10

1. Information exchanges between the Parties under this Agreement shall take place subject to the following conditions:

(a) The requesting Party may use the information solely for the purpose and according to the conditions specified by the requested Party, taking into consideration the period after which such information must be destroyed in accordance with its national legislation;

(b) At the request of the requested Party, the requesting Party shall provide information regarding the use of the data provided to it and the results achieved;

(c) In the event that inaccurate or incomplete information has been provided, the requested Party shall immediately bring that fact to the attention of the requesting Party;

(d) Each Party shall keep a register containing information on the data provided and their destruction.

2. The Parties shall ensure that the data provided are protected against any access, modification, publication or dissemination prohibited under their national legislation.

3. Moreover, the Parties may not communicate personal data referred to in this article to any third party other than the petitioning authority of the requesting Party or, in the event that the requesting Party petitions such data, solely to one of the authorities specified in article 6, subject to prior authorization by the requested authority.

Article 11

1. The Parties shall establish a joint committee, to be convened through the diplomatic channel, for the implementation and review of the cooperation governed by this Agreement.

2. The joint committee shall hold regular meetings once a year and special meetings whenever either Party so requests, at a date and place and with an agenda to be determined through the diplomatic channel.

3. Unless the Parties specifically agree otherwise, such meetings shall take place alternately in Spain and Brazil and shall be chaired by the head of the delegation of the Party in whose territory they are held.

Article 12

Disputes arising in relation to the implementation or interpretation of this Agreement shall be resolved through negotiations between the Parties.

Article 13

The provisions of this Agreement shall not affect the fulfilment of provisions of other international bilateral or multilateral agreements or commitments binding on the Kingdom of Spain or the Federative Republic of Brazil.

Article 14

This Agreement shall enter into force on the last day of the month following the month of the last communication between the Parties, through the diplomatic channel, of the fulfilment of their respective domestic legal requirements for such entry into force.

Article 15

This Agreement is concluded for an indefinite period and shall remain in force as long as neither Party terminates it through the diplomatic channel. In that event, this Agreement shall cease to have effect six months after the receipt, by either Party, of the notice of termination.

IN WITNESS WHEREOF the representatives of the two States, duly authorized thereto by their respective Governments, have signed this Agreement.

DONE at Madrid, on 25 June 2007, in duplicate, in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Kingdom of Spain:

ALFREDO PÉREZ RUBALCABA
Minister of the Interior

For the Federative Republic of Brazil:

TARSO GENRO
Minister of Justice

[TRANSLATION – TRADUCTION]

CONVENTION ENTRE LE ROYAUME D'ESPAGNE ET LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL RELATIVE À LA COOPÉRATION EN MATIÈRE DE LUTTE CONTRE LA CRIMINALITÉ

Le Royaume d'Espagne et la République fédérative du Brésil, ci-après dénommés les « Parties »;

Soulignant l'importance de développer et de renforcer la coopération en matière de lutte contre la criminalité sous ses diverses formes;

Réaffirmant, sur la base du Traité général de coopération et d'amitié signé par le Royaume d'Espagne et la République fédérative du Brésil le 23 juillet 1992, leur volonté de concourir à l'établissement de relations bilatérales;

Rappelant que, dans le Plan en vue d'un partenariat stratégique entre le Brésil et l'Espagne, signé le 14 novembre 2003 à Santa Cruz de la Sierra, les deux Parties se sont notamment engagées à prendre des mesures concrètes de coopération bilatérale pour éliminer le terrorisme, lutter contre le trafic de drogues et garantir aux citoyens des deux pays une société plus sûre; ainsi que la Déclaration de Brasilia sur la consolidation du partenariat stratégique signée par les deux pays le 25 janvier 2005;

Dans le cadre des dispositions de la Convention des Nations Unies contre la criminalité transnationale organisée;

Guidés par les principes d'égalité, de réciprocité et d'entraide;

Sont convenus de ce qui suit :

Article 1

1. Conformément à la législation des deux États et à la présente Convention, les Parties coopèrent dans la lutte contre la criminalité, en particulier sous ses formes organisées.

2. Les Parties assurent une coopération en matière de lutte contre les actes criminels, notamment :

a) l'atteinte à la vie et à l'intégrité physique d'autrui;

b) le terrorisme et son financement;

c) le trafic, la production et le commerce illicites de stupéfiants et de substances psychotropes, ainsi que de leurs précurseurs et des matières premières servant à leur fabrication;

d) l'immigration illégale et la traite des êtres humains, notamment des femmes et des enfants;

e) la privation illégale de la liberté individuelle;

f) la contrefaçon (élaboration, altération) et l'utilisation illégale de pièces d'identité (passeports, visas et documents d'immatriculation de véhicules);

g) la contrebande;

h) le blanchiment d'argent provenant d'activités criminelles;

i) la contrefaçon (élaboration, altération) et la diffusion frauduleuse de monnaie, moyens de paiement, chèques et titres.

j) le commerce illégal d'armes, de munitions, d'explosifs, de matières premières stratégiques (matières nucléaires et radioactives), ainsi que d'autres substances dangereuses et de marchandises et technologies à double usage;

k) le trafic illicite de biens culturels, d'œuvres d'art et d'objets de valeur historique;

l) les délits économiques, y compris les infractions fiscales;

m) l'exploitation et les sévices sexuels infligés aux enfants et adolescents;

n) la cybercriminalité;

o) les actes criminels commis à l'encontre des ressources naturelles et de l'environnement;

p) la corruption.

3. Les Parties s'entraident également en ce qui concerne toute autre infraction dont la prévention, la détection et l'enquête nécessitent la coopération des autorités compétentes des deux États.

Article 2

Dans le cadre de la lutte contre la criminalité telle que décrite à l'article 1, la collaboration entre les Parties inclut l'échange d'informations et une assistance dans les activités d'investigation relatives à :

a) l'identification et la recherche de personnes disparues;

b) l'enquête et la recherche de personnes ayant commis ou suspectées d'avoir commis des infractions sur le territoire de l'une des deux Parties, lesquelles sont compétentes pour mener l'enquête sur ces infractions, et de leurs complices;

c) l'identification des cadavres et des personnes qui intéressent la police;

d) à la demande de l'une des Parties contractantes, la recherche, sur le territoire de l'autre Partie, d'objets, d'effets ou d'instruments utilisés lors de l'infraction ou provenant de cette dernière;

e) le financement d'activités criminelles.

Article 3

1. Les Parties contractantes coopèrent également en ce qui concerne :

a) l'échange d'informations et l'aide nécessaire pour accompagner des condamnés, selon le Traité sur le transfèrement de prisonniers entre le Royaume d'Espagne et la République fédérative du Brésil, signé à Brasilia le 7 novembre 1996;

b) l'échange d'informations et l'aide nécessaire pour transférer des armes et des substances radioactives, explosives et toxiques;

c) l'échange d'informations et la collaboration mutuelle dans la livraison réglementée de substances narcotiques et psychotropes;

d) l'échange d'informations et l'aide nécessaire pour assurer le transfert ou le transit de personnes rapatriées ou expulsées.

2. En vue d'atteindre les objectifs de coopération, les Parties :

a) S'informent mutuellement, conformément à leur législation nationale, des enquêtes qu'elles mènent sur les différentes formes de criminalité organisée, y compris le terrorisme, ainsi que des relations qu'elles entretiennent lors de celles-ci, de la manière dont elles les organisent, les réalisent et des méthodes qu'elles utilisent;

b) Peuvent promouvoir, conformément à leur législation nationale, des opérations de police conjointes afin de réprimer les infractions visées à l'article 1;

c) Échangent des informations relatives aux méthodes et aux nouvelles formes de manifestation de criminalité internationale;

d) Échangent les conclusions de leurs enquêtes criminalistiques et criminologiques, ainsi que des informations mutuelles sur les techniques d'enquête et les moyens de lutte contre la criminalité internationale;

e) Organisent, le cas échéant, des réunions de travail pour assurer la mise en place de mesures coordonnées et garantir une assistance adéquate en la matière.

Article 4

Les Parties coopèrent dans les domaines faisant l'objet de la présente Convention à travers :

a) l'échange d'informations sur la situation générale et les tendances de la criminalité dans leur État respectif;

b) le partage de leurs expériences dans l'utilisation des technologies relatives à la criminalité, ainsi que des méthodes et moyens d'enquête criminelle; la distribution de brochures et de publications et; l'échange des résultats issus des recherches scientifiques menées dans les domaines faisant l'objet de cette Convention;

c) l'échange d'informations dans les domaines de compétence des services de protection de la légalité pénale et de ceux responsables de la défense de la sécurité nationale, de l'ordre public et de la lutte contre la criminalité;

d) l'assistance technique et scientifique, l'échange d'expertise et la mise à disposition d'équipes techniques spécialisées;

e) le partage d'expériences ainsi que l'échange d'experts et de conseils;

f) la coopération dans le domaine de l'enseignement professionnel.

Article 5

La présente Convention n'affecte en rien les questions relatives à la fourniture d'une entraide judiciaire en matière d'extradition et lors de procédures pénales.

Article 6

Constituent des organes compétents pour l'exécution de la Convention :

a) Pour le Royaume d'Espagne :

- Le Ministère de l'intérieur, sans préjudice des compétences qui sont conférées à d'autres ministères.

b) Pour la République fédérative du Brésil :

- Le Ministère de la justice, sans préjudice des compétences qui sont conférées à d'autres ministères.

Article 7

1. L'échange d'informations et les demandes relatives à la conduite des activités prévues par la présente Convention sont remis par écrit directement aux organes compétents ou par l'intermédiaire des attachés ou des attachés de liaison. À cette fin, les Parties se communiquent la nomination de ces derniers.

2. En cas d'urgence, les organes compétents peuvent dans un premier temps s'informer oralement desdits éléments et ce, aux fins de la mise en œuvre de la présente Convention; dans un second temps et immédiatement après les communications orales, ils confirment les formalités par écrit.

3. Les demandes d'échange d'informations ou de conduite des activités prévues dans la présente Convention sont effectuées par les organes compétents dans les plus brefs délais.

4. Les frais encourus pour satisfaire une demande ou réaliser une action sont à la charge de la Partie requérante.

Article 8

1. L'une ou l'autre des Parties peut rejeter, complètement ou en partie, la demande d'aide ou d'informations, ou y imposer des conditions, si elle estime que la mise en œuvre de la demande représente une menace pour sa souveraineté ou sa sécurité, ou qu'elle est en contradiction avec les principes fondamentaux de son système juridique ou avec d'autres intérêts essentiels de son État.

2. La Partie requérante est informée de la cause du rejet.

Article 9

1. Chaque Partie contractante se voit dans l'obligation de protéger les informations confidentielles qu'elle a reçues de l'autre Partie. La Partie émettrice détermine le degré de confidentialité des informations fournies dans le cadre de l'application de la présente Convention.

2. Les informations, le matériel et les ressources techniques reçus par l'une des Parties contractantes dans le cadre de l'application de la présente Convention, ne peuvent

être transférés à des pays tiers ou à d'autres personnes sans le consentement préalable de l'autre Partie.

Article 10

1. Conformément à la présente Convention, l'échange d'informations entre les Parties s'opère dans les conditions suivantes :

a) La Partie requérante peut utiliser les données uniquement dans le but et les conditions déterminées par la Partie requise, et tient compte du délai après lequel lesdites données doivent être détruites, conformément à leur législation nationale.

b) À la demande de la Partie requise, la Partie requérante fournit des informations sur l'utilisation qui a été faite des données qui lui ont été transmises ainsi que sur les résultats qu'elle a obtenus.

c) S'il s'avère que les données fournies sont inexactes ou incomplètes, la Partie requise informe sans délai la Partie requérante.

d) Chacune des Parties tient un registre incluant des rapports relatifs aux données fournies et à leur destruction.

2. Les Parties assurent la protection des données fournies en ce qui a trait à leur accès, modification, publication ou divulgation non autorisés, conformément à leur législation nationale.

3. Par ailleurs, elles s'engagent à ne pas révéler les données personnelles mentionnées dans le présent article à des tiers, excepté à l'instance demanderesse de la Partie requérante. En cas de requête de cette dernière, les dites données ne seront transmises qu'à l'un des organes figurant à l'article 6, sous réserve de l'autorisation préalable de la Partie requise.

Article 11

1. En vue de développer et d'examiner la coopération régie par la présente Convention, les Parties établissent une commission mixte convoquée par la voie diplomatique.

2. La commission mixte se réunit en session ordinaire une fois par an et, en session extraordinaire, à condition que l'une des Parties en fasse la demande. La date, le lieu et l'ordre du jour des réunions sont déterminés par la voie diplomatique.

3. Sauf accord spécial entre les Parties, les réunions se tiennent alternativement en Espagne et au Brésil. Les travaux sont menés par le Chef de la délégation de la Partie sur le territoire de laquelle ils sont effectués.

Article 12

Tout différend relatif à la mise en œuvre ou à l'interprétation de la présente Convention est réglé par voie de négociation entre les Parties.

Article 13

Les dispositions de la présente Convention ne portent pas atteinte au respect des dispositions d'autres accords ou engagements internationaux bilatéraux ou multilatéraux pris par le Royaume d'Espagne et la République fédérative du Brésil.

Article 14

Le présent Accord entre en vigueur le dernier jour du mois suivant celui de la dernière notification adressée par la voie diplomatique par laquelle les Parties indiquent que les conditions légales internes pour son entrée en vigueur sont réunies.

Article 15

La présente Convention est conclue pour une durée indéterminée et reste en vigueur jusqu'à ce que l'une des Parties la dénonce par la voie diplomatique. Dans ce cas, la dénonciation prend effet six mois après la réception de la notification par l'une ou l'autre Partie.

En foi de quoi, les représentants des deux États, dûment autorisés à cet effet par leur Gouvernement respectif, ont signé la présente Convention.

FAIT à Madrid, le vingt-cinq juin deux mil sept, en deux exemplaires originaux, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Royaume d'Espagne :

ALFREDO PÉREZ RUBALCABA
Ministre de l'intérieur

Pour la République fédérative du Brésil :

TARSO GENRO
Ministre de la justice